

AS INFLUÊNCIAS DOS DISCURSOS RELIGIOSOS NOS DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO DAS *FAKE NEWS*

Eliton Rodrigues da Silva¹

Adriana Santos Batista²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o discurso religioso de vertente cristã sobre a educação brasileira. Para isso, serão analisados textos que versam sobre a educação brasileira no que concerne a “ideologia de gênero”. Um dos textos é a transcrição de um vídeo do canal do pastor Silas Malafaia no YouTube, no qual o mesmo define “ideologia de gênero”, e o outro texto é proveniente de *fake news* veiculada em 2020, sobre o mesmo “conceito”³. A base teórica é a Análise do Discurso Materialista, com foco especial nos conceitos de formações imaginárias e memória discursiva, tomados de Pêcheux (1997) e Courtine (2009). A metodologia consiste em mobilizar os conceitos para analisar os textos divididos em sequências discursivas, buscando entender de que forma um conceito originário de discursos cristãos passou a constituir discursos sobre educação. As conclusões possíveis a partir das análises apontam que os discursos sobre educação das *fake news* retomam os discursos moralista e anticomunista que atravessam a sociedade brasileira desde o século XX.

Palavras-chave: “Ideologia de gênero”; Fake news; Análise do Discurso

Introdução

Ao considerarmos como a educação brasileira foi estabelecida, podemos traçar um panorama que vai desde a educação promovida pelos colonizadores aos indígenas pelos padres Jesuítas, até o presente momento, no qual são muitas as narrativas em disputa. Há, assim, forte influência da Igreja Católica na educação

1 Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Língua e Cultura pela UFBA. E-mail: ers.rod@gmail.com. Atuou, neste artigo, na sua conceptualização, curadoria de dados, análise formal, investigação e escrita.

2 Doutora em Letras: Filologia e Língua Portuguesa (2016) pela USP; mestre em Letras: Filologia e Língua Portuguesa (2011) pela USP; bacharel e licenciada em Letras com habilitações em Português e Linguística (2008) pela USP. Professora da UFBA; líder do Grupo de Estudos sobre Texto e Enunciação (GETEn). Faz parte do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura e do Doutorado em Ciências de Educação do Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe, Angola. Atuou, neste artigo, na supervisão para a execução e planejamento da atividade de pesquisa e escrita.

3 Utilizamos aspas duplas para destacar que este conceito, na verdade, não existe. Entretanto, há um uso recorrente deste em muitos textos, como os que são analisados neste artigo, e por isso o “conceito” será problematizado.

brasileira em seus primórdios, onde o objetivo era converter o indígena à fé cristã, compulsoriamente. Já a educação oferecida aos filhos dos colonos, também católica, era o prenúncio da possibilidade de continuação dos estudos no exterior (Universidade de Coimbra). Não havia educação acadêmica em nível superior para as mulheres. Esse monopólio da Igreja sobre a educação brasileira perdurou até meados do século XVIII, e coexistiu com a pedagogia tradicional até meados do século XV (Saviani, 2011).

Apesar das transformações pelas quais a sociedade brasileira passou através dos anos, a influência do cristianismo ainda é grande na educação brasileira, mesmo em sistemas educacionais ofertados pelo Estado, que é laico. Isso se dá não necessariamente na construção dos fundamentos do ensino ofertado, mas também através dos discursos sobre educação que são veiculados na sociedade, que podem influenciar a opinião pública sobre o referido tema.

Ao definir “discursos sobre educação”, caracterizamos aquilo que é dito sobre o todo dos processos educacionais, e também sobre os seus principais agentes: os educadores, as escolas, o material escolar, as universidades e os cursos de formação de professores. Assim, é considerado um discurso sobre educação aquele que versa sobre elementos fundamentais que dão forma aos modelos educacionais existentes em voga.

Os discursos sobre educação adquirem grande relevância em períodos eleitorais. Em um eventual debate político entre candidatos ao governo, seja municipal, estadual ou federal, dificilmente esta será uma área apontada como não prioritária. O professor, talvez o maior expoente da área, muitas vezes precisa encarar o seu ofício como um sacerdócio, seja pela baixa remuneração em comparação a outras áreas, seja pelo envolvimento de muitos na vida da comunidade escolar, ou mesmo pela idealização existente quanto ao professor e sua área de atuação. Este profissional, por muitas vezes sobrecarregado com a quantidade excessiva de aulas, além de maior expoente da área da educação, acaba sendo também o mais enfraquecido, apontado como responsável pelo insucesso dos alunos no aprendizado, e também criticado por aquilo que ensina em sala.

A educação, a partir de seus expoentes, como o docente; o material escolar; as normatizações, diretrizes e planos educacionais construídos pelo poder público, se constitui como território de disputas, no qual a existência de diferentes formações ideológicas passa a ser considerada problemática, além de haver também a demanda por uma suposta neutralidade. Qualquer corrente de pensamento que ultrapasse a barreira do que considerem como neutralidade passa a ser combatida por conservadores que, ao direcionarem seu olhar à educação brasileira, trazem um discurso moralista anteriormente vinculado ao discurso religioso, próprio das instituições Católicas, mas no contexto brasileiro também fortemente associados às instituições Evangélicas.

A combinação da virada conservadora sobre a educação e um pleito eleitoral favorecem que discursos sobre a educação atravessem a sociedade brasileira.

Especificamente no pleito eleitoral de 2018 para a presidência da república, a educação adquiriu maior atenção, considerando pleitos anteriores. O candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, havia sido ministro da Educação no governo Lula. Essa pode ser uma das razões pelas quais muito do que foi dito sobre educação neste período tenha tido por base informações falsas. As *fake news*, enquanto conteúdos desinformativos veiculados através das redes sociais, foram de grande relevância na definição dos resultados de pleitos eleitorais nos Estados Unidos, Brasil e Reino Unido, nos quais políticos conservadores se sagraram vencedores.

No Brasil, as temáticas de *fake news* veiculadas no período eleitoral de 2018 estavam, em grande parte, relacionadas à educação. As *fake news* relacionadas à educação constituem discursos sobre educação a partir de narrativas desacreditadas em um trabalho de investigação, realizados por agências de *fact-checking*. Ainda assim, a veiculação em massa de *fake news* a partir de redes sociais, num momento em que há um acréscimo na confiabilidade por parte de brasileiros em notícias veiculadas através de redes sociais (REUTERS, 2018), faz com que estes discursos não possam ser ignorados. A confiança atribuída pelo brasileiro em conteúdos veiculados pelas redes sociais pode ser um dos fatores que torna possível a veiculação de *fake news* sem que haja verificação quanto a veracidade. Mesmo a verificação de conteúdos por agências de *fact-checking* não parece diminuir o compartilhamento de *fake news*.

Considerando a replicação de conteúdos desinformativos sobre educação, e sua possível influência no resultado das eleições presidenciais de 2018, cabe analisar o que se diz sobre educação em tais conteúdos. Para este trabalho, faremos usos dos conceitos de formações imaginárias e memória discursiva, basilares na análise do discurso materialista. Analisar discursos sobre educação provenientes de conteúdo desinformativo pode contribuir para entender a influência do discurso religioso no discurso sobre educação, bem como possibilita refletir sobre a sociedade brasileira atual. Isso porque conceitos recorrentes em *fake news* de temáticas voltadas para a área da educação são oriundos de um discurso religioso Católico-Evangélico.

Uma das principais temáticas presentes no discurso sobre educação é aquilo que ficou conhecida como “ideologia de gênero”, a partir de narrativas que tratavam de dependências das escolas, material escolar, regência de aulas, entre outros tópicos. Conteúdo desinformativo a partir da temática supracitada foi veiculado por diversas vezes nos dois últimos pleitos eleitorais para a presidência da república do Brasil. Este trabalho analisará dois deles, sendo o primeiro uma perspectiva emitida a partir do líder religioso Silas Malafaia sobre o tema, e o segundo uma narrativa que versa sobre a possível obrigatoriedade da “ideologia de gênero” pelas escolas.

De início, cabe observar que o uso do termo “ideologia de gênero” não é reconhecido por acadêmicos, e é uma resposta da Igreja Católica aos estudos sobre gênero, conforme explicitam Miskolci e Campana (2017). Conforme os autores, os textos do Cardeal Ratzinger (posteriormente Papa Bento XVI) já se constituíam

como um instrumento político-discursivo contra o feminismo e o avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos. Posteriormente, com a publicação do livro *La Ideologia del género*, Jorge Scala (2010) estabelece que a “ideologia de gênero” tem o potencial de destruir o ser humano e acabar com a sociedade. Assim o combate à “ideologia de gênero” surge nos dias atuais tal qual outrora a Igreja combatia o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos (Miskolci & Campana, 2017).

Especificamente no Brasil, o termo “ideologia de gênero”, oriundo deste discurso originalmente católico, foi tornado popular a partir de dois acontecimentos, nos quais a presença de religiosos e atores políticos conservadores foram fundamentais: O veto por parte da Presidente Dilma Rousseff ao programa Escola sem Homofobia, em 2011, e a sanção da lei nº 13005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2014-2024.

O programa Escola sem Homofobia foi criado para compor parte do programa Brasil sem Homofobia, do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. O programa consistia no envio de cartilhas e vídeos informativos para professores, com o objetivo de combater a homofobia no ambiente escolar, a partir de financiamento e orientação técnica do Ministério da Educação (MEC), porém produzido por organizações não-governamentais como a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Entretanto, líderes religiosos e políticos conservadores, entre eles o então deputado federal Jair Bolsonaro, passaram a atacar o referido programa, apelidando-o pejorativamente de “kit gay”.

O apelido em questão é como o programa se tornou mais conhecido na sociedade brasileira, especialmente com a divulgação midiática dando ênfase a este apelido, em um dos casos em que o desdém e a desinformação sobre um referido conteúdo se tornam mais conhecidos do que o conteúdo em si. Acusações de líderes religiosos e políticos conservadores quanto ao material produzido pelo programa Escola sem Homofobia se tornaram conhecidas com a divulgação midiática. A acusação talvez mais conhecida foi a de que o material enaltecia e incitava a homoafetividade entre crianças em idade escolar, e que este material seria usado em sala de aula por professores.

A pressão de políticos e líderes religiosos contra o programa, a exemplo de Jair Bolsonaro, que talvez seja um dos maiores atores da ofensiva, com discursos na Câmara de Deputados, e também em programas de televisão, acabou resultando no cancelamento da distribuição do caderno, com o governo de Dilma Rousseff cedendo (Maracci & Machado, 2022). Com isso, o material parou de ser produzido e nunca chegou a ser encaminhado às escolas. Digno de nota é que este material seria destinado aos professores, não aos alunos, e somente para escolas de nível médio. No entanto, a narrativa que se fortaleceu, fruto de polêmica entre o parlamento, a Presidência da República, canais de telecomunicação e redes sociais digitais, foi a de que este seria um material a ser entregue a crianças, resultando em *fake news* veiculadas em redes sociais (Maracci & Machado, 2022).

Para além do retrocesso existente em deixar de implementar importante agenda de combate à homofobia no Brasil, o fato do governo ter cedido à pressão do grupo conservador acabou por fortalecer a pauta do conservadorismo e pôs em evidência líderes políticos que abraçaram o moralismo e a família como bandeira de luta, a exemplo de Bolsonaro. Cada vez mais em evidência, esses políticos se organizaram e fizeram de suas pautas uma grande agenda de oposição ao governo, o que futuramente renderia sólida candidatura a diferentes pleitos, incluindo ao da presidência da república em 2018. De acordo com Maracci & Machado (2022),

[...] o então deputado federal Jair Bolsonaro, que divulgava os perigos do suposto kit em pronunciamentos na câmara e programas de televisão aberta, logo se convertendo em vídeos curtos, publicados na plataforma Youtube e amplamente compartilhados em sites como o Facebook e o Twitter. Nesse momento da polêmica, tomavam destaque os materiais audiovisuais presentes no projeto, que se tornaram virais na época dado seu compartilhamento em larga escala, principalmente em forma de crítica (Maracci & Machado, 2022, n.p).

Para além das questões voltadas ao enfrentamento da homofobia e tolerância à diversidade sexual na escola, um dos temas que mais chamou a atenção da pauta conservadora foi o gênero. Ao tratar deste tema, no primeiro capítulo, o Caderno Escola sem Homofobia apresenta a seguinte distinção entre sexo e gênero:

Assim, de acordo com o senso comum, a conduta de mulheres e homens se origina de uma dimensão natural inscrita nos corpos – tal como ocorre com os animais, denominada “instinto” –, que seria a base de um tipo de personalidade e de um padrão de comportamento que se repetiria, monotonamente, em todos os seres femininos e masculinos. No entanto, o papel que a biologia desempenha na determinação de comportamentos sociais é fraco, pois a espécie humana é essencialmente dependente da socialização. O que cada pessoa é ou deixa de ser tem muito mais a ver com a maneira como foi tratada e inserida no meio social (Caderno Escola sem Homofobia, 2011, p. 20).

Percebemos neste fragmento que a distinção entre o sexo biológico do indivíduo e o seu gênero está em consonância com aquilo que é problematizado nos estudos de gênero, que se apresentam na academia através de pesquisadores como Butler (2018). Ao problematizar o gênero, a autora diz:

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (Butler, 2018, p. 21).

Essa distinção entre o sexo e o gênero, problematizada a partir dos estudos de gênero e com frequência discutida também nos estudos feministas passou a ser combatida pelos mesmos líderes políticos e religiosos conservadores que fizeram coro ao descredibilizar o material do programa Brasil sem Homofobia e ao reduzi-lo a alcunha “kit gay”. Desta vez, no que concerne ao ataque aos estudos de gênero, há forte presença do discurso religioso, em associação àquilo que se diz sobre educação. Há assim o uso da alcunha “ideologia de gênero” para definir os estudos de gênero como ideologia, propagada nos espaços educativos das mais diversas formas. Sobre isso, Maracci & Machado dizem:

A suposta “ideologia de gênero” desenvolve uma coordenação entre diferentes situações experimentadas em âmbito nacional - como o Kit Gay -, tornando-as parte de uma mesma investida, que encontra parâmetros e similaridades com outros países, de modo a ameaçar a própria soberania nacional. A conexão do PNE com a “ideologia de gênero” se desdobra no discurso de Bolsonaro, alargando a ideia de Kit Gay como uma referência a conteúdos gerais que abordam a sexualidade e o gênero no campo da Educação (Maracci & Machado, 2022, n.p).

Desta forma, ao perceber o deslocamento de “ideologia de gênero” do discurso religioso para discursos sobre educação, e nestes a sua associação a conteúdo (des)informativo voltado para a referida área, a análise de textos que versam sobre tal temática pode nos permitir refletir sobre a influência religiosa na educação brasileira, discursivamente falando.

1 Referencial Teórico

Este trabalho tem como teoria basal os estudos iniciados por Michel Pêcheux, maior expoente do campo, que ficou conhecido como Análise do Discurso. Podemos considerar como marco fundador da Análise do Discurso a publicação, em 1969, de Análise Automática do Discurso, pelo filósofo Michel Pêcheux ([1969] 1997). Esta obra, além de marco inicial da nova disciplina, faz uso de conceitos construídos a partir de outros campos de estudos diversos, que embasam a teoria. Observando os estudos desenvolvidos em psicanálise por Jacques Lacan, num retorno a Freud e aproximando-se do estruturalismo, estipulou que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” (Lacan, [1964] 1988, p. 25).

Pêcheux se aproxima do estabelecimento de conceitos basilares sobre a Análise do Discurso, que serão desenvolvidos neste capítulo teórico e, concomitantemente, temos a aproximação do autor com o materialismo histórico e dialético, através dos estudos marxistas realizados por Louis Althusser, do qual foi aluno, e cujos pressupostos sobre ideologia e sujeito são fundamentais para o desenvolvimento da teoria de Pêcheux.

Em tempo, esta aproximação com o materialismo histórico e dialético é digna de registro, haja vista que Pêcheux é considerado precursor da disciplina, mas não era e não é o único a representá-la. Paul Henry, Claudine Haroche, Catherine Fuchs, Denise Maldidier e Jean Dubois fazem parte do grupo que deu início à Análise do Discurso Materialista⁴, na tentativa de elaborar um sistema fechado, uma máquina discursiva em aproximação com a informática, até a criação do conceito de formação discursiva e da ideia do sujeito ideológico. Os estudos do grupo de Pêcheux e a Análise do Discurso Materialista foram continuados após a sua morte e, no Brasil, uma de suas maiores expoentes é Eni Orlandi.

Com a publicação de Análise Automática do Discurso, Pêcheux (1997) questiona o entendimento da língua como um sistema de sentidos que seriam obtidos de forma universal, própria, como se fosse um texto já acabado. Sobre isso, Pêcheux diz que “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...]” (Pêcheux, 1997, p.79).

Frente ao exposto, fica nítido que na Análise do Discurso Materialista não é possível considerar o discurso como objeto material de estudo, desconsiderando o extralinguístico como parte dos processos discursivos, ou seja, ignorando os fatores que condicionam o discurso. Logo, as condições de produção do discurso são parte de um processo que determina o que pode ser dito.

A Análise Automática do Discurso foi uma ruptura com a forma como o discurso era tratado pelos estudiosos da época, a partir da perspectiva materialista. A língua, enquanto estrutura não transparente, opaca, não pode ser meramente um instrumento de transmissão de mensagens de um emissor a um receptor, o que nos remete a uma retomada do esquema da comunicação de Jakobson, segundo um novo enfoque. Este novo enfoque é o conceito de formações imaginárias, fundamental para o desenvolvimento das análises aqui realizadas.

Para Pêcheux (1997, p. 82), “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Sendo assim, no processo discursivo, o dizer do sujeito ocorre a partir de representações imaginárias que fazem alusão a imagens de quem é o destinador, tanto para si quanto para o destinatário, ou mesmo quem é o destinatário para si mesmo ou para o destinador.

Ainda sobre o conceito de formações imaginárias que, juntamente com a memória discursiva, dá base a este trabalho de análise, tomaremos o quadro elaborado por Pêcheux (1997), adaptado para fins de análise, para tratar do tema “discursos sobre educação nas *fake news*”.

4 A Análise do Discurso Materialista se afasta de outras correntes também compreendidas como Análise do Discurso, por articular em suas entranhas o Materialismo Histórico e Dialético.

Quadro 1: Representações das formações imaginárias em Pêcheux e possíveis imagens depreendidas dos sujeitos no discurso sobre educação.

Posição	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente e representação das imagens	Possíveis imagens depreendidas a partir das posições ocupadas pelos sujeitos no discurso
A	“Quem sou eu para lhe falar assim?” Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Que imagem o destinador faz de si próprio para falar sobre educação e gênero ao destinatário?
	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?” Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Que imagem o destinador faz do destinatário para lhe falar sobre educação e gênero?
	“de que lhe falo assim?” Imagem de A sobre o tema	Que imagem o destinador faz sobre educação e gênero para falar ao destinatário?
B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?” Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem imagem o destinatário faz de si próprio ao compartilhar conteúdo sobre educação e gênero?
	“Quem é ele para que me fale assim?” Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem imagem o destinatário faz do destinador ao compartilhar conteúdo sobre educação e gênero?
	“de que ele me fala assim?” Imagem de B sobre o tema	Que imagem o destinatário faz de educação ao compartilhar conteúdo sobre educação e gênero?

Fonte: adaptado de Pêcheux (1997).

As questões implícitas a partir de A, bem como as possíveis imagens depreendidas, serão o ponto de partida para a análise dos textos. A partir de então, temos uma projeção do dizer do sujeito a partir de uma representação imaginária, que é uma posição do sujeito no discurso. Assim, A é o destinador da mensagem e B o destinatário. A imagem de A quanto a si mesmo, quanto a B (destinatário) e quanto ao tema é determinante para que A ajuste o seu dizer, de acordo com as imagens que opera.

A partir deste conceito, analisaremos uma transcrição da fala do Pastor Silas Malafaia, onde o mesmo dá a sua definição para o termo “ideologia de gênero”. Também o utilizaremos na análise de *fake news* sobre o tema.

A teoria de Pêcheux, com o tempo, passou por uma série de atualizações a partir de autocríticas de seu sistematizador, o que resultou em diferentes fases deste

campo teórico. Ao longo de seu desenvolvimento, diferentes concepções foram adotadas, enquanto outras foram abandonadas. Um exemplo de conceito abandonado por Pêcheux ao longo das fases da Análise do Discurso, divididas em três, foi o conceito de máquina discursiva, desenvolvido na primeira fase de sua teoria, na qual “[...] um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos” (Pêcheux, 1997, p. 311).

Este conceito, por compreender que os discursos dos sujeitos estão atrelados a uma estrutura fechada em si mesma, só poderia conceber o processo discursivo como produtor de discursos surgidos de uma mesma estrutura, comum, na qual o sentido é construído entre sujeitos pertencentes a uma mesma máquina discursiva. Os processos discursivos, neste caso, são justapostos, num contexto em que “[...] a existência do outro está pois subordinada ao primado do mesmo: [...] pois ele é o fundamento combinatório da identidade de um mesmo processo discursivo” (Pêcheux, 1997, p. 313). Isto significa que o conceito de máquina discursiva não concebe a existência de um discurso contrário, não é possível, por exemplo, falar de liberalismo numa estrutura cujo cerne é o estadismo.

A partir do abandono desse conceito, Pêcheux toma emprestado de Michel Foucault o conceito de Formação Discursiva, já na segunda fase da Análise do Discurso, que determina o que pode ser dito por um sujeito de acordo com a posição ocupada, a partir de sua inscrição em determinada formação discursiva. Logo, uma formação discursiva existe em função da relação existente com outras formações discursivas.

Por fim, na terceira fase da teoria, Pêcheux passa a trabalhar com o interdiscurso, que opera com base na heterogeneidade, na qual o discurso do outro é parte constitutiva do discurso do sujeito. Assim, é abandonada completamente a homogeneidade discursiva do conceito de máquina discursiva e abraçada a heterogeneidade discursiva do conceito de interdiscurso, que constitui os discursos que atravessam as formações discursivas. Esses discursos são constituídos de já-ditos, discursos prévios que tornam possível o dizer. Isso nos remete ao conceito de memória discursiva, também basal nesta pesquisa.

Para definir este conceito, tomando a construção feita por Courtine (2009), que diz:

A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; ela visa o que Foucault (1971, p. 24) levanta a propósito dos religiosos, jurídicos, literários, científicos, “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda a dizer” (Courtine, 2009, p. 105-106).

A partir desta definição, podemos compreender memória discursiva como o sentido prévio de um discurso anterior, que se mantém ou se ressignifica em outros discursos. Estes discursos, produzidos a partir de outras condições de produção, podem ser retomados a partir da memória discursiva em discursos outros, feitos a partir de diferentes condições de produção.

A Análise do Discurso Materialista se configura, assim, como teoria que permite entender o discurso sobre educação oriundo de discurso de religiões cristãs, presente nas *fake news*, justamente por conceber o discurso como efeitos de sentido na interação de sujeitos. Não há sentido único, pronto. Por isso, os textos que aqui serão analisados segundo os conceitos de formação discursiva e memória discursiva, próprios desta teoria materialista. Estas análises compreendem a definição de um “conceito” não acadêmico, segundo a opinião do sujeito-destinador, que fala a um sujeito-destinatário, e produz sentidos a partir de então. Com a análise dos textos, buscaremos compreender quais são estes possíveis sentidos.

2 O corpus

Os textos que analisaremos neste trabalho compreendem períodos de tempo diferentes, consideravelmente próximos entre si, mas que envolvem contextos diferentes, e conseqüentemente condições de produção diferentes. Um compreende um período anterior a eleição de 2018, e o outro após este período, já findado o pleito, vencido por Jair Bolsonaro, candidato associado a extrema-direita. Cabe salientar que a disputa se deu entre o referido vencedor e o candidato Fernando Haddad, filiado ao Partido dos Trabalhadores e ex-ministro da educação.

Foi durante o período em que Haddad foi ministro da educação que muitas narrativas atacando a “ideologia de gênero” se apresentaram, direcionadas ao material escolar, a formação de professores, às universidades e até mesmo às dependências dos prédios escolares. Estas narrativas foram classificadas como falsas por agências de verificação de fatos, mas ainda assim estes conteúdos foram compartilhados de forma abundante, especialmente no período eleitoral.

Assim, a fala do Pastor Silas Malafaia, feita através de um vídeo⁵ publicado em seu canal oficial no Youtube e transcrita para este trabalho, compreende o período anterior à eleição de 2018, e foi feita cerca de um mês depois do *impeachment* da presidente Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores. Neste vídeo, o líder religioso busca dar uma definição para “ideologia de gênero”, e enquanto destinador, faz ajustes no seu dizer considerando o que pensa o destinatário sobre o tema e sobre si. Logo, posiciona-se como alguém que tem autoridade para trazer uma definição sobre o “conceito”.

5 <https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOLl5Y>

Já o texto com conteúdo desinformativo⁶ é de 2020, ano em que o Brasil já era governado por Bolsonaro e o Ministério da Educação já estava sob seu domínio. Tanto a fala de Silas Malafaia quanto o conteúdo desinformativo tratam de “ideologia de gênero” e associam tal tema às escolas. Porém, este texto demonstra a suposta tentativa contínua de se instituir a “ideologia de gênero” mesmo quando o poder executivo já não era mais capitaneado pela esquerda.

A fala transcrita do Pastor que cabe a esta análise é a que segue, na sequência discursiva que chamaremos de S1:

A ideologia de gênero é uma crença, não é uma ciência, que os dois sexos, masculino e feminino, é uma construção social e cultural. Na verdade, a ideologia de gênero é a ausência de sexo. Vale qualquer coisa. Mas isso é escondido. Isso é escondido. Então, a ideologia de gênero só fala de relação de homem com homem, mulher com mulher. Mas a ideologia de gênero é um vale-tudo. Ela aceita o sexo bestial, sexo com animais. Ela aceita o incesto, que é a relação entre pais com filhos, irmãos e irmãs, a relação sexual. E a pedofilia, que é sexo com criança. Isso agora é escondido porque assusta.

E a segunda sequência, S2:

Sabe quem apoia a ideologia de gênero? Aqui no Rio de Janeiro é Freixo, Molon e Jandira. No Brasil PT, PCdoB, Psol e Rede. Aqui no Rio de Janeiro, dois candidatos e Bolsonaro contra. Marcelo Crivella e Bolsonaro. E eu quero saber a opinião, o que é que eles pensam. Osório, Índio e Pedro Paulo. É, isso é um assunto importante porque querem erotizar crianças na escola. E isso vale para todo o Brasil.

Quanto ao conteúdo desinformativo, cabe fazer uma observação antes de a ele apresentar: a forma que a nossa sociedade combate o que se convencionou chamar de *fake news* é pela exclusão do conteúdo, visando diminuir ou mesmo acabar com o seu alcance através da veiculação nas redes sociais. Isso faz com que estes dados sejam muito difíceis de trabalhar, pois num dado momento eles estão online, e no outro já não existem mais. Não há também possibilidade de se conseguir autorização para publicação deste tipo de conteúdo, pois não há como saber quem é o autor. Assim, para a realização deste trabalho, utilizamos uma transcrição da imagem disponível na página da agência de verificação de fatos Fato ou Fake, que classificou tal conteúdo como *fake news*, ou conteúdo desinformativo.

Eis então a terceira sequência discursiva, ou S3:

6 Conteúdo desinformativo classificado como tal pela agência Fato ou Fake, no seguinte endereço: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/11/04/e-fake-que-acao-do-psol-no-stf-quer-obrigar-escolas-a-adotar-ideologia-de-genero-e-instituir-banheiros-unissex.ghtml>

No dia 11 de novembro o STF irá votar a ADI 5668, ação movida pelo PSOL, para tornar a Ideologia de Gênero obrigatória nas escolas públicas e privadas. Se aprovada, as crianças escolherão se querem ser meninos ou meninas e os banheiros serão comuns.

À sequência discursiva, há uma imagem de um ilustrador japonês chamado Kasuga, que retrata o uso de um banheiro unissex por colegiais japoneses. Essa imagem faz parte do acervo do artista na plataforma Pixiv, cujo objetivo é fornecer suporte para artistas criarem e divulgarem suas obras, aproximando-os de admiradores através da plataforma virtual. Nesta plataforma, existe um filtro de conteúdo, e não é possível acessar a imagem original, publicada pelo autor, se essa imagem for classificada como disponível apenas para maiores de dezoito anos, o que é o caso desta imagem. Para acessá-la, é necessário criar uma conta na plataforma, e posteriormente desligar o filtro de conteúdo explícito. Porém, essa imagem foi utilizada em redes sociais como Facebook e Instagram, sem qualquer tipo de restrição, associada a conteúdos falsos, como o descrito em S3.

Essa mesma imagem, ilustrando um banheiro unissex e com a descrição de que era uma instalação desejada por partidos de esquerda brasileiros nos banheiros das escolas brasileiras, foi utilizada em diferentes períodos eleitorais brasileiros, inclusive o de 2022. Isso demonstra que o trabalho das agências de verificação de fatos deve ser constante e a longo prazo, talvez algo que deva perdurar por muito tempo na sociedade nos moldes atuais. Também, que a verificação de fatos por si só não soluciona o problema, e que a dúvida, o trabalho de investigação e a reflexão quanto a veracidade de um dado ou notícia não deve ser somente uma preocupação de jornalistas ou de profissionais que trabalhem com a informação, mas de toda a sociedade.

Para fins de análise da sequência discursiva, utilizaremos o texto vinculado a imagem, tal qual descrito em S3.

3 As análises

Observemos o descrito em S1. O destinador, figura já conhecida na sociedade brasileira como pastor da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. No vídeo do qual as sequências discursivas foram transcritas, Silas Malafaia é apresentado como pastor na descrição do vídeo. Temos assim um sujeito-destinador que ocupa a posição de representante religioso ao falar. Porém, ao falar, ele não necessariamente se dirige a membros de sua igreja, como se estivesse no púlpito, ou em um programa de televisão voltado para assuntos religiosos. Sua fala parece ser voltada a um público geral, também contrário ao que chama de “ideologia de gênero”, com fins não necessariamente religiosos. Isso se mostra verdadeiro até pela plataforma utilizada, que o permite alcançar mais pessoas, além da igreja.

Ao considerar “ideologia de gênero” uma crença, não uma ciência, percebemos um alinhamento ao método científico para desmerecer aquilo que se pode

considerar uma crença, sem provas, sem raízes, sem bases. Há aqui um ajuste do dizer do destinador para falar ao destinatário, tomando uma estratégia que não se vê presente em meios religiosos. Se considerarmos que, desde Galileu e a defesa do heliocentrismo, a fé e o método científico se tornaram uma dicotomia, a utilização de ciência para desmerecer crença por parte de um líder religioso é uma inversão inusitada.

Também, ao dar a sua descrição do que considera ser “ideologia de gênero”, este sujeito o faz sem citar autores, livros, qualquer tipo de material que dê suporte ao seu dizer. Ou seja, se coloca no lugar de quem tem autoridade para falar, para definir, sem que haja necessidade de validação do seu dizer. Quando fala, fala para um destinatário que dificilmente o questionará, e que aceitará a sua palavra como verdade. Ou seja, mesmo que este destinatário não seja membro de sua igreja, este certamente é alguém com base cristã, e cuja base moral certamente verá essa descrição do tema em questão com repulsa.

Quanto ao tema, há uma associação de “ideologia de gênero” a práticas que vão desde tabus até crimes. Ao estabelecer que a “ideologia de gênero” é um vale tudo daquilo que uma sociedade com base cristã e conservadora considera repulso, e até mesmo a práticas criminosas, o destinador demonstra como o seu pensamento sobre o tema o relega a outras instâncias que já não são mais preocupações com fé, moral e bons costumes, mas com a decadência da sociedade, que poderia passar a legitimar práticas criminosas. Além disso, ao considerar que as reais intenções por trás desta dita ideologia são mascaradas, ou escondidas, o destinador considera que possíveis apoiadores são pessoas perversas, criminosas, uma vez que defendem tais práticas.

A análise de S2 demonstra como o destinador identifica quem são os defensores da ideologia. Ele cita nominalmente Marcelo Freixo, Alessandro Molon e Jandira Feghali, respectivamente eleitos deputado estadual e deputados federais pelos partidos PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e PSB (Partido Socialista Brasileiro), pelo Rio de Janeiro, em 2014. Também cita partidos associados à esquerda, PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB, PSOL e Rede (Rede Sustentabilidade). Assim, o destinador associa representantes políticos da esquerda no Rio de Janeiro e partidos políticos da esquerda a nível nacional como defensores da “ideologia de gênero”, e neste ínterim, os associa à todas as práticas supracitadas. Logo, se as “reais” intenções da “ideologia de gênero” são veladas, o destinador considera que seus defensores as escondem de seus eleitores, enquanto visam disseminar tal ideologia na sociedade brasileira.

O destinador também identifica aqueles que são contra tal ideologia. Ele cita o então deputado federal Jair Bolsonaro (atual ex-presidente do Brasil) e Marcelo Crivella (atual ex-prefeito do Rio de Janeiro). Esses dois políticos são associados com a direita brasileira, tendo sido eleitos através do voto de conservadores, católicos e evangélicos, para citar alguns exemplos. Marcelo Crivella, por exemplo, foi bispo da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus), e venceu a disputa pela

prefeitura do Rio de Janeiro tendo como adversário o já referido Marcelo Freixo. Percebe-se assim que o destinador acaba por criar uma distinção clara entre quem são os que alegadamente defendem a “ideologia de gênero” e quem são os que a condenam: respectivamente, políticos de esquerda, progressistas; e políticos de direita, religiosos e conservadores.

São também identificados os políticos dos quais o destinador alega não saber a opinião, que são Carlos Osório, Pedro Paulo e Índio da Costa, respectivamente eleitos deputado estadual e deputados federais pelos partidos PMDB⁷ e DEM⁸, em 2014. Há aqui uma inquisição quanto ao posicionamento de tais políticos, visando-os também os classificar em polos opostos, os que defendem e os que combatem a “ideologia de gênero”.

Por fim, o destinador chama a atenção para o que considera um fato: os defensores de tal ideologia tem por objetivo “erotizar as crianças na escola”, e isso em todo o Brasil. Há aqui mais uma manifestação da imagem que o destinador faz do tema: a associação entre “ideologia de gênero” e educação, uma disseminação de tal ideologia na sociedade, por parte do Estado, através das escolas. Ou seja, há uma intenção, se já não prática, de aparelhamento das escolas brasileiras por políticos brasileiros associados há esquerda, para que as práticas ocultas da “ideologia de gênero” sejam instituídas. Logo, a imagem que o destinador faz do tema possibilita um discurso sobre educação em que há uma intenção ou prática real de destruição da sociedade brasileira, através das escolas (e agentes da educação), por agentes políticos de esquerda.

O discurso associando “ideologia de gênero” e escolas brasileiras se fez presente em muitos dos conteúdos desinformativos veiculados nos períodos eleitorais, sejam em pleitos federais, estaduais e municipais, desde que tal associação passou a ser feita. Com resultado disso, um discurso sobre educação passa a ser veiculado, no qual há amplo domínio da escola pela esquerda, seja através de professores, do material escolar, da intenção da obrigatoriedade da instituição da “ideologia de gênero” nas escolas por parte de parlamentares de esquerda. Assim, as crianças e adolescentes estão sob domínio da esquerda, a educação brasileira é considerada de esquerda, e o objetivo final é a destruição da sociedade como a conhecemos.

Uma de nossas sequências de análise, a sequência S3, conteúdo desinformativo veiculado em diferentes períodos eleitorais pela sua temática, teve um adendo especial em 2020, ano em que seria julgada a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 5668. Em S3, temos a inserção de um outro poder republicano, o Supremo Tribunal Federal, judiciário, no qual não há vinculação partidária obrigatória, diferente do poder legislativo. Há aqui a afirmação de que o PSOL está fazendo uso de uma ADI para que o poder judiciário torne obrigatória a “ideologia de gênero”. Como

7 PMDB é a sigla que representa o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual MDB, Movimento Democrático Brasileiro.

8 DEM é a sigla que representa o Democratas, partido que se fundiu com o Partido Social Liberal para formar o União Brasil (UNIÃO).

resultado disso, temos em S3 uma afirmação quanto a possibilidade de crianças escolherem o seu gênero e também a criação de banheiros comuns, unissex, coletivos. O que está manifesto em S3 faz alusão à ADI nº 5668, que de fato existe e é possível consultar o seu teor no site do STF, onde se nota que foi protocolada pelo PSOL, e que se consultada no período em que se veiculou o conteúdo desinformativo presente na imagem, seria possível acompanhar o seu andamento.

Entretanto, o objetivo desta ação é dar cumprimento ao artigo nº 214 da Constituição, e em nada tem a ver com a “ideologia de gênero”:

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5668), na qual pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) dê interpretação conforme a Constituição Federal ao Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei 13.005/2014) para reconhecer o dever constitucional das escolas públicas e particulares de prevenir e coibir o *bullying* homofóbico, consistente em discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como de respeitar a identidade de crianças e adolescentes LGBT no ambiente escolar. A lei tem como objetivo dar cumprimento ao artigo 214 da Constituição Federal (Brasil, 2017).

A data 11 de novembro faz referência à manifestação do relator no STF sobre a referida ação. Sendo o ano em questão 2020, o então Presidente da República Jair Bolsonaro é uma das partes intimadas, numa ação que visa obrigar as escolas a coibir o bullying homofóbico, além de pedir que a identidade de crianças e adolescentes LGBT seja respeitada. A partir de então, ao retomarmos o conceito de formações imaginárias, podemos perceber os ajustes feitos pelo destinador da mensagem para falar ao destinatário. Ou seja, a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A (quem sou eu para lhe falar assim?), bem como a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A (quem é ele para que eu lhe fale assim?) e também a imagem quanto ao tema (de que lhe falo assim?). Em S3, podemos entender o sujeito-destinador como alguém que nivela os partidos de esquerda como iguais, possuindo um só objetivo, e a partir dessa imagem de si, entende o sujeito-destinatário como alguém que necessita ter essa percepção. Logo, nas condições postas em 2017-2018, no período de campanha eleitoral para a presidência da república, e no período para a manifestação do relator do objeto da ADI 5668, percebemos a manutenção da classificação uma de partidos de esquerda, possuindo um mesmo objetivo. Sendo o PSOL o ajuizador da ADI em questão em S3, esse discurso se potencializa.

Ainda, ao associar “ideologia de gênero” a uma obrigatoriedade por parte das escolas, instituída pelo STF, um dos poderes do Estado, nos remete à imagem do sujeito-destinador quanto ao tema “ideologia de gênero”, e conseqüentemente à imagem do destinador quanto à educação brasileira. Semelhante ao que se observa na análise de S2, percebe-se uma manifestação no discurso de que a educação brasileira é também dominada pela esquerda, ou de que há essa intenção. Também

é possível fazer considerações a respeito da imagem que o destinador tem do STF. Pode-se perceber que o STF tem a possibilidade de se alinhar à esquerda, responsável pela possível obrigatoriedade da “ideologia de gênero” nas escolas, ou fazer o contrário. Também de forma semelhante a S2, há uma associação entre a esquerda e a defesa da “ideologia de gênero”, e assim, conseqüentemente, o polo oposto, a direita, é associada ao lado que condena, implicitamente.

Assim, observamos uma manutenção do discurso sobre educação, “ideologia de gênero” e esquerda, onde todos os tópicos são unificados e um discurso sobre educação surge. Esse é um discurso no qual a educação brasileira é aparelhada pela esquerda, e cujo objetivo é a disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas, resultando na destruição da sociedade atual e no surgimento de uma nova.

Para além do conceito de formações imaginárias, que tomamos para analisar estas três seqüências discursivas, a memória discursiva é um conceito de grande valia para entender o discurso sobre “ideologia de gênero” e educação. Isso porque é a memória discursiva que faz alusão a sentidos prévios de um discurso e sua manutenção ou resignificação em outros discursos. Podemos observar, por exemplo, a manutenção do sentido de aparelhamento da educação brasileira pela esquerda nos discursos em S2 e S3, por exemplo. É possível, a partir deste conceito, analisar os sentidos de “ideologia de gênero” outrora, e agora.

Conforme já mencionado, Miskolci e Campana (2017) apontam que a “ideologia de gênero” surge de uma reação católica à disseminação da agenda feminista na luta pela igualdade de direitos, possivelmente a partir da Conferência de Benjing (ONU, 1995), que ganha força nos anos 2000 no contexto latino-americano, em especial no eixo sul-americano. Os autores citam também que o Bispo Ratzinger (futuro Papa Bento XVI) já falava em 1997 sobre o perigo da “perspectiva de gênero”, e como a noção é perceptível no Documento de Aparecida (2007), e posterior disseminação do tema em outros textos, como o de Scala (2010). Mencionam também como a noção de “ideologia de gênero” tornou-se uma constante na política brasileira e por parte do que os autores chamam de “empreendedores morais” a partir da aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, no Brasil, pelo Supremo Tribunal Federal.

A partir das considerações dos autores, é possível notar como os estudos de gênero, se transformaram numa “perspectiva” ao serem atacados pela Igreja, e discursivamente transformados em uma ideologia. Com a constituição de gênero em ideologia, diversas associações são feitas ao termo, culminando em uma aberração terminológica, onde o que há de mais repulsivo pela sociedade ocidental passa a ser sinônimo de “ideologia de gênero”. Nota-se como um discurso originalmente católico se torna um discurso religioso-conservador, e também passa a ser um discurso sobre política e sobre educação. Também, como a esquerda brasileira é classificada como uma, e assim possuindo um mesmo objetivo-fim. Sobre essa constatação da esquerda a nível brasileiro, ampliamos este terreno novamente com base no que dizem Miskolci e Campana (2017, p. 743):

O antigo combate ao comunismo parece ter se convertido, na última década, em luta contra a esquerda latino-americana, algumas vezes identificada como chavezcastrismo em uma referência que une Cuba e Venezuela como contraexemplos a serem evitados. Se João Paulo II chegou ao papado no contexto de luta contra o comunismo na Europa, a renúncia de Bento XVI e a eleição de Francisco sugerem que a Igreja Católica considera que o eixo de enfrentamento mudou para a América Latina.

O combate ao comunismo de outrora, resta evidenciado na associação e nivelamento ao mesmo plano de diferentes partidos de esquerda. Os sentidos de associação entre a esquerda e educação evoca sentidos prévios, como os da associação entre comunismo e educação, através de agentes como professores, material escolar e instituições de ensino. A década de 1950 deu início ao período Macarthista nos EUA, que consistia num movimento, liderado pelo senador Joseph McCarthy, de caça aos comunistas, supostamente infiltrados no alto escalão do governo. Este movimento, de acordo com Santos (2019), “consistia em acusações a pessoas e empresas que supostamente teriam ideais comunistas ou estariam de alguma forma compactuadas com ideias lançadas pelo regime socialista”.

Este regime de perseguição resultou em interferências em múltiplas instâncias públicas e privadas do governo norte-americano, até mesmo no sistema de ensino, um dos principais alvos do movimento. De acordo com Santos (2019), “os livros didáticos (principalmente de História e Geografia) sofriam deformações e entregavam aos seus leitores ideais macarthistas, reforçando ainda mais o imaginário com ideias anticomunistas”. Para além dos materiais didáticos, os professores também foram alvos do macarthismo. No Estado de Nova York, ainda em 1949, a lei Feinberg foi utilizada como forma de constranger e perseguir professores que professassem ideais comunistas. Sobre este fato, Viana afirma que

de acordo com a lei, estava proibido a contratação de professores que simpatizassem com a ideologia comunista nas escolas públicas e teriam o poder de demitir os docentes que suspeitassem ser “comunistas”. Depois que a lei foi aprovada, os professores foram obrigados a fazer um juramento e assiná-lo, assegurando nunca terem concordado com as vertentes comunistas (Viana, 2020, p. 30).

As perseguições não se reduziam aos professores enquanto indivíduos, mas também às instituições de ensino como um todo, especialmente as universidades. Assim, toda a produção acadêmica passou por um processo de censura, se não diretamente, uma censura auto infligida, de forma a preservar as atividades desempenhadas pelos centros de ensino. Ainda de acordo com Viana (2020),

em 1953, esta caça aos comunistas havia chegado em Harvard, considerada um “reduto vermelho” por McCarthy, mas a universidade se opôs fortemente defendendo o seu legado de liberdade acadêmica. No

entanto, McCarthy forçou instituições que estavam relutantes através da ameaça de retirar as isenções fiscais de todas as entidades “comunistas ou simpatizantes do comunismo em sua folha de pagamentos”. O resultado foi que muitas universidades acabaram fechando suas portas. [...] professores universitários não utilizavam mais a palavra “capitalismo” e sim “industrialismo mundial” ou “industrialização”, para não arriscar ter problemas porque poderia ser considerado como uma crítica ao modelo e uma adesão ao seu oposto, o comunismo, tendo impacto direto nas liberdades individuais dos cidadãos estadunidenses. (Viana, 2020, p. 30-31).

Neste ínterim, conforme o comunismo vai se tornando um ameaça nacional, cria-se no imaginário do estadunidense a ideia de que comunistas são seres capazes das piores atrocidades, como a conhecida ideia de que seriam comedores de crianças (Santos, 2019). Estes discursos foram dissolvidos e cristalizados não somente no imaginário norte-americano, mas também no de cidadãos de outros países, para os quais estes ideais foram exportados, como o Brasil.

É justamente num ambiente em que o país declina de um regime democrático para um governo de militares, com a ditadura instaurada em 1964, que o discurso anticomunista, com tons de moralidade, passa a vigorar com mais força na sociedade brasileira. A presença da repressão e da caça aos comunistas em solo nacional é solo fértil para que instituições de ensino sejam violadas e perseguidas. É o que discorre Brito (2019), ao relatar o real viés de perseguições a instituições de ensino:

Um exemplo prático desse anticomunismo moral incitando a ação repressiva pode ser percebido numa operação policial na Universidade de Brasília (UnB) em 1973. Em um relatório que devassou a vida de jovens de residências universitárias na instituição, seus moradores foram qualificados de “pederastas” — adjetivo pejorativo atribuído a homossexuais —, enquanto o ambiente foi tido como um “deprimente” “antro de corrupção de costumes” e “acentuada promiscuidade”, “misturados com impregnação ideológica de esquerda”. [...] O relatório traçou um perfil destes jovens e refletiu sobre o clima da UnB para construir uma espécie de sociologia da subversão juvenil. Entre outros itens, aborda a residência estudantil, o clima de depravação, os desvios de objetivos, o afastamento da família, a influência dos colegas, a naturalização de comportamentos desviantes como o “homossexualismo” — expressão que patologizava a homossexualidade — e a liberdade sexual. [...] O documento reiterava a “intoxicação marxista” na UnB, a “insidiosa ação subversiva no meio estudantil”, “a atividade fotográfica, como arte, deturpada para o erotismo e em alguns casos, uma atividade sexual desregrada e quase grupal, [que] demonstra o interesse em utilizar a corrupção dos costumes” (Brito, 2019, p. 6-7).

Assim, percebemos como os sentidos prévios de associação entre comunismo e educação são retomados no discurso de “ideologia de gênero” e educação. O

discurso anticomunista se veste em nova roupagem num discurso antiesquerda, e a pauta moral de outrora é retomada através da “ideologia de gênero” e sua associação à educação brasileira. O ideal macartista de aparelhamento comunista das instituições estadunidenses, exportado para o Brasil, é retomado discursivamente através de desinformação, constituindo um discurso sobre educação que se faz presente na sociedade brasileira atual.

Considerações finais

Este trabalho buscou analisar o discurso religioso de vertente cristã sobre a educação brasileira, especificamente o discurso sobre educação das *fake news*, conteúdo desinformativo veiculado em 2016, antes da vitória de Bolsonaro nas urnas para a presidência da República, e em 2020, já durante o seu governo. Os diferentes contextos demonstram como o “conceito” de “ideologia de gênero”, tomado do discurso religioso e associado à área da educação, não deixa de ser uma suposta ameaça à sociedade brasileira mesmo com a vitória da direita nas eleições de 2018, o que alude à ideia de que outros poderes da República também teriam por objetivo, de alguma forma, disseminar tal “ideologia” nas escolas.

Com base nos conceitos de formações imaginárias e memória discursiva propostos por Pêcheux (1997) e Courtine (2009), respectivamente, da Análise do Discurso Materialista, podemos perceber, em análise de três sequências discursivas, como o sujeito-destinador, ao falar, ajusta o seu dizer de forma a dirigir sua mensagem a sujeitos de vieses religiosos-conservadores, preocupados com os rumos tomados pelo país a partir da participação da esquerda no governo do país. Também, como um tema cunhado a partir do discurso religioso adquire novos sentidos que culminam em um discurso sobre educação, essencialmente desinformativo, parte daquilo que atualmente rotulamos *fake news*. Neste ínterim, o destinatário da mensagem, que talvez não seja partícipe em política, passará a ser caso se preocupe com a educação do país, a nível macro ou micro.

Também, constatamos discursivamente como sentidos de moralidade do discurso religioso-conservador, bem como o discurso anticomunista, são retomados em discursos sobre educação, através da associação entre “ideologia de gênero” e educação. Essa associação se faz através dos agentes de educação de diferentes maneiras, como a atuação de professores nas escolas, o material escolar, as universidades e escolas.

É possível, assim, concluir que o discurso objetivando coibir a “ideologia de gênero” é retomado de discursos prévios que atravessaram a sociedade brasileira no século passado. O fantasma do comunismo nas instituições ainda se faz presente no imaginário de muitos, e é preciso manter esse inimigo imaginário vivo e sempre presente nos discursos para que o combate ao mesmo seja necessário. Talvez por essa razão a luta contra a desinformação tenha se tornado uma constante na

sociedade brasileira atual, especialmente em períodos eleitorais. Por isso, é esperado que as reflexões a partir destas análises possam contribuir com o combate à desinformação, especialmente no que concerne a área da educação.

AS INFLUÊNCIAS DOS DISCURSOS RELIGIOSOS NOS DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO DAS FAKE NEWS

Abstract: This article's goal is to analyze religious discourse of Christian nature about Brazilian education. In order to do that, this paper analyses texts that deal with Brazilian education, mainly on what concerns "gender ideology". One is a video transcription hosted on YouTube by Pastor Silas Malafaia, in which he defines "gender ideology", and the other is a fake news text about the same concept. The theory basis is Materialistic Discourse Analysis, focusing on the concepts of imaginary formations and discursive memory, by Pêcheux (1997) and Courtine (2009). The methodology consists in taking the concepts to analyze the texts, divided in discursive sequences, trying to understand how a concept originated in religious discourse now constitutes discourses about education. The possible conclusions based on the analysis point out that fake news discourses on educations retake moralist and anticommunist discourses that are still present in Brazilian society since the twentieth century.

Keywords: "Gender ideology"; Fake news; Discourse Analysis

Referências

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Partido pede que escolas de todo o país sejam obrigadas a coibir bullying homofóbico. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 05 set. 2023.

BRITO, Antônio. "Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida": anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 26 – e2019305 – 2019

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA. 2011. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCAR, 2009, p. 104-106.

DOMINGOS, Roney. É #FAKE que ação do PSOL no STF quer obrigar escolas a adotar ideologia de gênero e instituir banheiros unissex. *G1*, São Paulo, 04 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/11/04/e-fake-que-acao-do-psol-no-stf-quer-obrigar-escolas-a-adotar-ideologia-de-genero-e-instituir-banheiros-unissex.ghtml>> Acesso em: 14 dez. 2022.

FACULDADE CATÓLICA DE BELÉM. *Documento de Aparecida*. 2007. Disponível em:<https://facbel.edu.br/wp-content/uploads/2020/09/doc_aparecida.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023

LACAN, Jacques. *O seminário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

MALAFAIA, Silas. Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero? [*Canal Silas Malafaia Oficial*] 29 de setembro de 2016. 3m 40s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y>>. Acesso em: 27 set. 2023.

MARACCI, João Gabriel; MACHADO, Paula Sandrine. Kit gay: Mapeando controvérsias nas redes de uma ofensiva antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 22, n. 53, p. 37-51, abr. 2022. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000100004&lng=pt&nrn=iso>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “*Ideologia de gênero*”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*. V. 32, n. 3. Set-Dez. 2017.

ONU MULHERES. *Conferência de Benjing*. 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

REUTERS, Institute. *Digital News Report 2018*. 2018. Disponível em: <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2023

SANTOS, R. *Medo, Paranoia, Macarthismo e o século XXI*: usando o episódio 22 de além da imaginação em sala de aula. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 67, n.1, p. 283-306, jan./jun. 2019

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas SP,: Autores Associados, 2011.

SCALA, Jorge. *La ideologia de género o el género como herramienta de poder*. 1ª ed – Rosario: Ediciones Logos Ar, 2010.

VIANA, Julia. *Capitão América na Guerra Fria: A construção do anticomunismo como estratégia de política externa Estadunidense*. TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis. 2020.

Recebido em 20 de julho de 2023

Aceito em 29 de agosto de 2023